

# A capital se privatiza



Foto: Wando Cavalcante/AG Brasil - Cor Olavo Tendo

Silvia Kochen, de Brasília

Brasília está mudando de cara. Enquanto a expansão do setor público está contida, os empreendimentos privados florescem. E a capital federal, aos poucos, está deixando de ser uma cidade predominantemente de funcionários públicos. Têm papel destacado neste processo não apenas as grandes empresas que investem pesado nos nichos de turismo e alta tecnologia, mas também pequenos empreendedores que estão mudando a história do Distrito Federal (DF).

"Brasília sempre foi vista como uma cidade administrativa, o que não corresponde à realidade", diz Jorge Haroldo Martins, presidente da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), instituto de pesquisa mantido pelo governo distrital. Embora um em cada quatro empregados residentes no DF trabalhe na administração pública, com salário médio de R\$ 1.588,00, a oferta de postos de trabalho cresce apenas nas empresas privadas, que pagam, em média, R\$ 570,00 por mês a seus funcionários. E a proporção dos rendimentos dos 141,1 mil servidores públicos na massa salarial da popula-

ção residente no DF, correspondente a R\$ 333,63 milhões numa renda global de R\$ 634,75 milhões mensais em setembro passado, tende a cair.

Os números reais da economia de Brasília, porém, são difíceis de mensurar. O Distrito Federal abriga um total de 1,86 milhão de habitantes no Plano Piloto e 16 cidades-satélites. Mas há uma população estimada em cerca de 2 milhões de pessoas que vive na região do entorno do DF (formada por 42 municípios de Goiás e Minas Gerais), que é uma "terra de ninguém", abandonada pelos governos estaduais, segundo muitos brasilienses. No entorno do DF estão municípios como Valparaíso, Novo Gama, Cidade Ocidental e Águas Lindas.

## Desemprego

Os habitantes do entorno utilizam a rede pública de serviços do DF e estima-se que cerca de 100 mil deles trabalhem na capital federal. É no entorno (e também nas cidades-satélites mais pobres) que se instala uma massa de migrantes de baixa escolaridade, em busca de novas oportunidades de vida. Para lidar com o problema, o Governo do Distrito Federal (GDF)

criou uma Secretaria do Entorno e a Codeplan pretende ampliar sua Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), feita por domicílio, para o entorno.

Apesar da criação de 32 mil novos postos de trabalho apenas em 1997, o desemprego em Brasília é alto, em torno de 16% da População Economicamente Ativa (PEA), e há poucas perspectivas de melhora a curto prazo. "Neste ano, mais de 60 mil pessoas ingressaram na PEA do Distrito Federal, de 861 mil atualmente — um aumento significativo", diz Martins.

Mas, explica o presidente da Codeplan, como tudo em Brasília, o desemprego também é setorializado. Nas regiões de maior renda (Lago Norte, Lago Sul e Plano Piloto), onde o nível de escolaridade é alto, o desemprego é de 8%. Nas áreas de renda média (as cidades-satélites de Sobradinho, Taguatinga, Cruzeiro, Guará, Gama, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Candangolândia e Riacho Fundo), a taxa de desocupação chega a 16%. E nas cidades-satélites de renda mais baixa (Ceilândia, Samambaia, Brazlândia, Paranoá, São Sebastião e Santa Maria), o desemprego atinge 25% da PEA. "Quanto menor a condição econômica (o que envolve também a formação educacional), maior o desemprego", observa Martins.

Para enfrentar o problema do desemprego, o GDF criou uma série de projetos estruturantes, assim chamados porque têm a capacidade de atrair outros empreendimentos correlatos ao redor, dando impulso à economia e ao emprego. Estão nesta categoria o metrô de Brasília, o pólo de alta tecnologia, o porto seco (um terminal de carga intermodal em Santa Maria) e o projeto orla, uma série de empreendimentos turísticos (hotéis, restaurantes, marinas, centros de lazer etc.) que estão sendo ou serão construídos nas margens do Lago Paranoá.

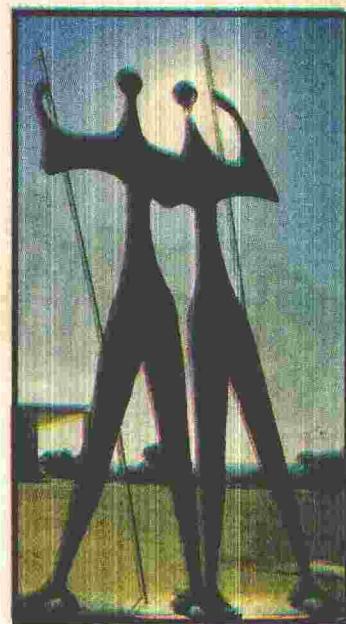
Há os que defendem um pólo industrial de "substituição de importações" no DF. Com uma das rendas per capita mais altas do País, Brasília "importa" de outras re-

*Na cidade planejada para ser centro administrativo do País, a iniciativa privada cresce, ocupa espaços e torna a economia local menos dependente dos humores do poder público*

giões tudo o que consome, desde sabonete até hambúrguer. "O eixo do desenvolvimento de Brasília está centrado nos setores de turismo e tecnologia, não nos convém buscar uma industrialização pesada, mas é desejável a instalação de indústrias que possam produzir os produtos que 'importamos' de outras regiões", diz Martins. Ele acrescenta que o governo e as indústrias poderiam obter benefícios mútuos: a produção local reduziria custos públicos com compras e o mercado consumidor forte, estatal e privado, poderia alavancar as indústrias de bens de consumo.

Há empresários que sustentam que a industrialização da região não só é desejável, como também uma necessidade que não pode ser ignorada. "O enxugamento do Estado é uma tendência irreversível e é preciso criar alternativas de desenvolvimento sustentado para a região do DF com a produção local de bens de consumo", diz o empresário Márcio Guimarães, ex-presidente da Associação Comercial e Industrial de Taguatinga.

Guimarães critica a proposta do GDF de criar um pólo de alta tecnologia para elevar a renda regional sem perda da qualidade de vida (poluição, por exemplo): "Não há aqui mão-de-obra qualificada para um pólo de alta tecnologia. É preciso incentivar atividades que dêem emprego a trabalhadores com baixa qualificação". ■



## 36,1%

dos brasileiros acham que...

**BRASÍLIA  
TEM MAIS  
FORÇA POLÍTICA**

